

REDES DE SOLIDARIDAD Y ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD

WILSON NOÉ GARCÉS AGUILAR
LINA JULIANA ROBAYO
SELMA MENDOZA GARCÍA

(ORGANIZADORES)



Uniautónoma
DEL CAUCA



EDITORA
ARTEMIS
2020

REDES DE SOLIDARIDAD Y ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD

WILSON NOÉ GARCÉS AGUILAR
LINA JULIANA ROBAYO
SELMA MENDOZA GARCÍA

(ORGANIZADORES)

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Elisangela Abreu
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof.^a Dr.^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora Executiva:

Viviane Carvalho Mocellin

Organizadores:

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo
Selma Mendoza García

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, University of Miami and Miami Dade College, USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros



Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Redes de solidaridad y organizaciones en contextos de diversidad [recurso eletrônico] / Organizadores Wilson Noé Garcés Aguilar, Lina Juliana Robayo, Selma Mendoza García. – Curitiba, PR: Artemis; Popayán: Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-20-0

DOI 10.37572/EdArt_200081220

1. Cooperativismo. 2. Redes sociais. 3. Solidariedade. I. Garcés Aguilar, Wilson Noé. II. Robayo, Lina Juliana. III. Mendoza García, Selma.

CDD
302.14

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

El libro “**Redes de solidaridad y organizaciones en contextos de diversidad**” es un trabajo colectivo de investigadores mexicanos, colombianos y brasileños, los cuales dan cuenta de las múltiples manifestaciones de solidaridad, reciprocidad y fraternidad que emergen en organizaciones y grupos comunitarios en el centro y sur del continente americano.

El libro está compuesto por aproximaciones teóricas, reflexiones y casos de estudio en los cuales se evidencia redes de solidaridad, lógicas y emergencias desde organizaciones que piensan y sienten sus territorios. El estudio de organizaciones en contextos de diversidad demuestra en común el cómo se constituyen formas de resistir y re-existir en medio de la compleja realidad del continente. Estas organizaciones y comunidades se entretajan, conviven y configuran redes de solidaridad en contextos de diversidad que implican procesos de gobernanza, emprendimiento social, posicionamientos ético-políticos, circuitos de proximidad, encadenamientos y potencialidades para el diálogo intercultural y de manifestación a través de movimientos sociales.

El lector encontrará en el presente libro una radiografía de las redes de solidaridad y las organizaciones en contextos de diversidad en el centro y sur del continente americano.

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo
Selma Mendoza García

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11

GOVERNANÇA, REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE

Ernesto Giglio

Fernanda Pedro

Marcelo Borges

Eulália Cristina Barros

DOI 10.37572/EdArt_2000812201

CAPÍTULO 2..... 18

EL ESTUDIO DE LA ORGANIZACIÓN SOLIDARIA EN COLOMBIA Y SU
CONTEXTO DE DIVERSIDAD

Wilson Noé Garcés Aguilar

Lina Juliana Robayo Coral

William Macias

DOI 10.37572/EdArt_2000812202

CAPÍTULO 3..... 44

DEL EMPRENDIMIENTO SOCIAL A LA ACCIÓN COOPERATIVA: LA
EXPERIENCIA DE LA COOPERATIVA HUEXOLOTL DOWN EN LA COMUNIDAD
MAGDALENA CONTRERAS, CIUDAD DE MÉXICO

Selma Mendoza García

Rogelio Mendoza Molina

DOI 10.37572/EdArt_2000812203

CAPÍTULO 4 66

CIRCUITO CURTO DE PROXIMIDADES NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DE AGRICULTORES FAMILIARES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Loreane da Silva Francisco

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

DOI 10.37572/EdArt_20008122044

CAPÍTULO 5..... 93

EXPERIENCIA DE ENCADENAMIENTO PRODUCTIVO DE LA QUINUA EN EL CAUCA, UNA MIRADA DESDE LAS ORGANIZACIONES

Ghovevell Juliana Vida Pinilla
José Fernando Grass Ramírez
Yanlika Aurora Vidal

DOI 10.37572/EdArt_2000812205

CAPÍTULO 6112

ECONOMÍA DE SOLIDARIDAD Y POTENCIALIDADES PARA SU CONSTITUCIÓN COMO MOVIMIENTO SOCIAL EN EL DEPARTAMENTO DEL CAUCA-COLOMBIA

William Bernardo Macías Orozco
Nancy Liliana Chavez Palomino
Wilson Noe Garces

DOI 10.37572/EdArt_2000812206

CAPÍTULO 7..... 144

FROM SOCIAL AND CULTURAL WORLDS TO TRANSFORMING PEDAGOGICAL WORDLS. CONVERSATIONS FROM POPULAR EDUCATION

Magda Alicia Ahumada
Stella Pino Salamanca

DOI 10.37572/EdArt_2000812207

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 163

ÍNDICE REMISSIVO 165

GOVERNANÇA, REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE

Data de submissão: 27/08/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Ernesto Giglio

Professor e Pesquisador da Universidade
Paulista- UNIP
São Paulo- SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8396979258667832>

Fernanda Pedro

Mestre em Administração pela UNIP e
Analista de Administração e Gestão na
CPTM- Brasil
São Paulo- SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1637733641968204>

Marcelo Borges

Mestre em Administração pela UNIP e
Professor da Faculdade Integradas de
Rondônia
Cacoal, Rondonia- Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3259182182213937>

Eulália Cristina Barros

Graduação em Gestão de Finanças e
Gestora de Projetos no Sesc – Fortaleza,
Ceará, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/4841642325420391>

RESUMO: Apresenta-se a abordagem social de redes como competente, coerente e aplicável ao fenômeno da colaboração e diversidade de grupos existentes, ou em

formação na América Latina. O modelo apresentado é composto de uma parte de ambiente de relacionamento, uma parte de governança colaborativa e uma parte de resultados alcançados. Descrevem-se os princípios da abordagem social de redes, com as categorias complexidade de tarefas, interdependência, conectividade e governança. Apresenta-se o conceito de governança colaborativa, com os processos de formação de um ambiente de relacionamento, de processos de decisão, de conteúdo dos mecanismos de ação coletiva e os resultados. Explica-se como esse processo de governança construída cria formas de participação da diversidade, especialmente as chamadas redes solidárias. Redes solidárias são grupos de pessoas com objetivos comerciais, sociais, políticos e sustentáveis que percorrem outros caminhos de negócios e de visibilidade na sociedade. Um desses caminhos alternativos é fundado no cooperativismo. Analisa-se a proposta de interface entre a governança construída e a diversidade e apresentam-se exemplos que sustentam a proposição. Ao final tecem-se considerações sobre

os benefícios teóricos e de gestão ao se considerar a abordagem social de redes e a governança colaborativa na formação e desenvolvimento de grupos diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Governança, Redes, Diversidade, Relacionamento

GOVERNANCE, SOLIDARITY NETWORKS AND DIVERSITY

ABSTRACT: The social network approach is presented as competent, coherent and applicable to the phenomenon of collaboration and diversity of existing groups in Latin America. The model presented is composed of relationship environment, collaborative governance and results achieved. The principles of social approach to networks are described, with the categories task complexity, interdependence, connectivity and governance. The concept of collaborative governance is presented, with the processes of building a relationship environment, decision-making processes, the content of collective action mechanisms and the results. It explains how this governance process creates forms of participation for diversity, especially so-called solidarity networks. Solidarity networks are groups of people with commercial, social, political and sustainable objectives that take other business and visibility paths in society. One of these alternative paths is founded on cooperate model. The proposed interface between built governance and diversity is analyzed and examples that support the proposition are presented. At the end, considerations about the theoretical and management benefits are discussed, considering the social approach to networks and collaborative governance in the formation and development of diverse groups.

KEYWORDS: Governance, Networks, Diversity, Relationship

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno de expansão da organização de grupos minoritários na América Latina, seja com objetivos sociais, ou comerciais, ou sócio-políticos, ou de outra natureza; demandam uma teoria mais coerente e competente para explicar o que está acontecendo, já que teorias tradicionais da Administração e da Economia não conseguem abarcar essa dimensão colaborativa.

O objetivo deste capítulo é apresentar a abordagem social de redes como competente, coerente e aplicável ao fenômeno da colaboração e diversidade de grupos existentes, ou em formação na América Latina. O modelo apresentado é composto de uma parte de ambiente de relacionamento, uma parte de governança colaborativa e uma parte de resultados alcançados.

Afirma-se que o modelo é capaz de explicar o nascimento, evolução e manutenção das redes solidárias que integram a diversidade. Grupos solidários perseguem objetivos que se estendem além do comércio, criando redes sociais. Nas redes os atores partilham conhecimentos, tornam-se cidadãos e criam uma identidade própria.

Os exemplos e discussões sobre redes solidárias proliferam no mundo, despertando o interesse acadêmico, como se verifica em congressos tais como o Red Pilares. O rápido desenvolvimento de associações, cooperativas, redes com princípios cooperativos, grupos locais de ações ambientais, entre outras manifestações; suscita questionamentos tais como os fatores de sucesso no desenvolvimento desses grupos, os modos de gestão e ação coletiva em redes.

2. CONCEITO DE REDE

Algumas décadas atrás, a agricultura familiar consistia no uso adequado de um pedaço de terra para produzir produtos vendidos localmente. Hoje em dia existem tantas leis de uso do solo, tantas demandas dos consumidores sobre qualidade dos produtos e tantas tecnologias de plantio, colheita, armazenamento e distribuição, que a agricultura familiar, considerando uma família isolada, não consegue resolver. O caminho é a união de várias famílias que criam uma cooperativa e conseguem resolver as pressões e demandas.

O fenômeno da complexidade do ambiente atual exige não entre atores, o que chamamos de interconectividade. A interconectividade é uma das características do formato de redes, que é distinto dos formatos tradicionais de mercado, onde a lei é a competição isolada, ou do formato de hierarquia, onde a lei é fazer tudo sozinho e ter autoridade (como é comum em políticas públicas). Os atores estão conectados com relacionamentos que vão além da sua tarefa específica, porque trocam informações, estabelecem ligações sociais/afetivas de confiança e cooperação, criam uma identidade de grupo, participam de práticas e rituais específicos do seu grupo.

A interconectividade leva a outra característica das redes, que é a interdependência. Significa que os recursos especializados precisam ser compartilhados no grupo, em sistema de reciprocidade, formando uma teia de interdependência.

Outra característica das redes é a complexidade das tarefas. Significa que as tarefas atuais, sejam comerciais, políticas, ou sociais, ou de outra natureza, encontram um ambiente de leis, normas, culturas diversas, que dificulta que uma pessoa, ou uma empresa individual possa resolver todos os itens. A formação de uma cooperativa, por exemplo, é ação que necessita de várias especialidades.

A quarta característica das redes é a existência de uma governança, isto é, um conjunto de mecanismos, regras, práticas, normas e valores compartilhados que facilita a ação coletiva, evita comportamentos oportunistas e dirige os esforços do grupo para a tarefa, com maior coesão e menor conflito.

O Quadro 1 descreve resumidamente as características de rede.

Quadro 1. Características do formato de rede.

Características do formato de rede	Ideia central
Complexidade de tarefas Interconectividade	As tarefas de negócios e de políticas públicas tornaram-se complexas, com muitas leis, demandas, mercados distintos, dificultando que uma organização consiga resolver tudo sozinha.
Interconectividade	Ao estabelecerem conexões para realizarem as tarefas, os atores criam formas mais amplas de relacionamento, que se estendem além dos limites da tarefa.
Interdependência	Com a complexidade e especialidade de tarefas e conhecimentos cria-se uma rede de interdependência, diferente das relações de poder e de hierarquia.
Governança	Para que a ação coletiva se realize, é necessário um conjunto de mecanismos, regras, rotinas que direcionem, incentivem e controlem o comportamento das pessoas e as ações de produção.

Rede, portanto, pode ser definida como um grupo de pessoas (atores é o termo técnico), unidos porque existem problemas comuns a serem resolvidos, que se conectam trocando fluxos de toda natureza (sociais, técnicos, comerciais, legais), que cooperam cada qual oferecendo o seu recurso e que criam entre si um código de comportamento e ação coletiva.

Existem várias abordagens para explicar as redes, tais como racionais e econômicas, mas para os propósitos deste artigo, segue-se a abordagem social.

3. ABORDAGEM SOCIAL DE REDE

Os parágrafos anteriores descreveram o que Castells (1999) denominou de sociedade em rede. Essa expressão significa a existência de uma nova estrutura social baseada em conexões, tendo a tecnologia como sua base instrumental. Dentro dessa perspectiva mais ampla coloca-se a abordagem social de redes. Seu princípio é que os relacionamentos sociais constituem a matriz básica, que orienta o comportamento dos atores e os processos de ações coletivas na rede, seja qual for a natureza e objetivo da rede. O conceito fundamental aqui é a relação social.

Relação social é uma forma de ligação entre duas, ou mais pessoas, que indica uma continuidade de sua relação no futuro; que contém elementos de reciprocidade e que os fluxos são de natureza ampla (social, técnica, comercial, afetiva, religiosa, ...). Vamos dar um exemplo. Vamos supor uma situação de venda normal, numa loja de sapatos.

Situação I. Encontro com objetivo específico de compra e venda.

Diálogo

(vendedora) *Pois não, senhor?*

(comprador) *Quero um sapato social, para o dia a dia.*

(v) (faz algumas perguntas técnicas, como número, cor, etc.)

(seleciona alguns pares de sapatos) *Vamos ver esse aqui*

(c) (faz alguns comentários sobre os produtos e decide por um deles)

(c) (pergunta sobre o preço, forma de pagamento, solicita desconto)

(v) *Prontinho senhor, é só pagar ali.*

Acabou o encontro. Ao sair da loja o comprador continua sua vida e a vendedora continua sua vida, sem outra conexão entre eles.

Situação II. Encontro que evolui de uma relação de compra para uma relação social.

(vendedora) *Pois não, senhor?*

(comprador) *Quero um sapato social, para o dia a dia.*

- (v) (faz algumas perguntas técnicas, como número, cor, etc.)
(seleciona alguns pares de sapatos) *Vamos ver esse aqui*
- (c) (quando a vendedora vai se ajoelhar para colocar o sapato no cliente) *Não, por favor, não precisa se curvar, você é uma pessoa tão bonita, deixa que eu coloco o sapato.*

Enquanto coloca o sapato faz algumas perguntas pessoais para a vendedora, incluindo um convite para um café depois do trabalho dela.

Aqui está o ponto de mudança. O comprador adicionou outro objetivo ao encontro, mudando a conversa do comercial para um encontro social e até afetivo. E agora? Depende da resposta da vendedora.

Situação IIA. A vendedora dá respostas evasivas e puxa a conversa para o objetivo de venda-compra. Pode ser que ela consiga, mas pode ser que a situação já esteja com elementos sociais suficientes que deixa de ser uma venda-compra pura. Por exemplo, o comprador pode ficar com raiva da negativa e não comprar o produto, mesmo sendo o que ele buscava. Nesse caso o resultado final não pode ser explicado só por conteúdos comerciais, porque houve um conteúdo social (de ligação não correspondida) que afetou a negociação.

Situação IIB. A vendedora aceita a mudança do objetivo e a conversa muda para o encontro. Acertado o encontro, a conversa pode, ou não, voltar para a venda. No caso de voltar, ela será entremeada de conteúdos sociais e comerciais. Por exemplo, talvez o comprador fique tão contente que compre dois pares.

Ao sair da loja, a vida do comprador ficou conectada à vida da vendedora (e vice-versa) por causa do encontro marcado, que indica a ligação futura entre eles. A partir desse momento algumas ações de ambos (como passar perfume, arrumar o cabelo, colocar uma roupa social) não são mais atos isolados, mas influenciados pela ligação presente-futuro que existe entre ambos.

Voltando ao ponto, o que é uma relação social? É quando na conexão entre duas, ou mais pessoas, existem conteúdos de natureza social, sejam conteúdos de aproximação, como de confiança, ou comprometimento; sejam

conteúdos de atritos, como relações de poder. De qualquer forma, as duas pessoas (ou mais) criam um nó, um laço, uma ligação, que influencia seu comportamento e tem desdobramentos no futuro.

A abordagem social de redes parte do princípio que nas relações entre pessoas, seja qual for a natureza principal (comercial, políticas públicas, ações sociais), sempre existe um conteúdo social que influencia o comportamento dos participantes e determina parte do rumo das ações. O campo social é colocado como a base a base de desenvolvimento e sucesso das redes, porque orienta o comportamento e os processos dos atores nas redes.

É claro que no mundo real aparecem diversas relações sociais simultâneas, o que traz algumas dificuldades de análise, interpretação e intervenção. No entanto, valorizam-se quatro categorias como as mais importantes: confiança, comprometimento, cooperação e poder (UZZI, 1997; POWELL & DIMAGGIO, 1991) e centram os estudos teóricos e modelos de gestão nesse quadrado.

A confiança é definida como a situação de relacionamento em que uma pessoa expõe seus problemas na realização da tarefa e solicita ajuda do outro (GRANOVETTER, 1985), e, numa segunda vertente, como a situação de dispor seus recursos para o grupo, para todos utilizarem, sem a necessidade de proteções, ou salvaguardas (LEVI, 1998).

O comprometimento é definido como a reciprocidade da relação de confiança, isto é, a situação de relacionamento em que uma pessoa ajuda a outra que mostrou confiança, e, numa segunda vertente, define-se como participar no grupo colocando os objetivos coletivos acima dos objetivos pessoais (ANDERSON & WEITZ, 1992).

A reciprocidade entre confiança e comprometimento foi apontada por Koka e Prescott (2008) e pode ser útil na compreensão de concomitância de ocorrências de relacionamentos. Essas aproximações seguem a linha de pensamento que as redes podem ser mais adequadamente compreendidas quando não se isolam categorias e se realizam análises integradas.

A cooperação significa fazer junto o que é impossível, ou muito difícil fazer sozinho. Pessoas com habilidades específicas co-operam (atuam juntas) com outras para a solução de demandas.

Por exemplo: um cooperado de uma cooperativa de reciclagem na cidade de Campinas, em São Paulo, já havia trabalhado em empresas onde aprendeu como se faz a documentação básica de uma pessoa (carteira de identidade) e ajudava os outros cooperados no trâmite dessa documentação.

O poder é definido como a existência de assimetrias entre os atores. As assimetrias podem ser de qualquer natureza (de conhecimento, de domínio de práticas, de influência política, só para citar algumas). O mais importante, no entanto, não é a existência de assimetrias, já que ela sempre ocorre, mas sim como o grupo lida com essas assimetrias (ADIASIH & LIANAWATI, 2019), isto é, se elas se tornam problema, ou recurso para inovações e trocas.

Definidas as bases sociais das redes, agora é possível discutir as redes solidárias.

4. REDES SOLIDÁRIAS

A expressão Redes Solidárias significa a formação de grupos cujo objetivo mais importante é oferecer as condições para que pessoas possam exercer sua atividade, seja qual for a natureza, seja qual for a origem dessas pessoas. A palavra solidária significa aceite sem mecanismos sociais de exclusão, seja renda, raça, sexo, origem, etc. Redes solidárias criam um espaço social de legitimidade de grupos na sociedade mais ampla onde ele está inserido, mesmo que mostre contraste com os grupos dominantes. Atualmente o aceite e legitimidade de grupos solidários diversos cresce na medida em que surgem movimentos de integração e consciência da importância do “diverso” em participar do mesmo grupo onde o “não-diverso” existe.

Além desse objetivo social de “fazer parte”, as redes solidárias podem perseguir objetivos comerciais, como as associações de artesãos; ou objetivos de políticas públicas, como ocorre com as cooperativas de material

reciclável, que tem a importante função de sustentabilidade. Em qualquer situação, trata-se de grupos pequenos, que produzem de forma artesanal e com baixa escala, geralmente com circuitos próprios de comercialização e ação política. Na outra ponta, é importante contar com distribuidores e consumidores que estão dispostos a pagar preços mais altos para ajudar, diferente do sistema tradicional de barganha. Uma rede de apicultores do Nordeste do Brasil exporta mel para uma cidade coirmã na Suécia e os consumidores daquele país procuram oferecer o maior preço possível.

Essa outra forma adota princípios do mutualismo, do cooperativismo e das associações populares, buscando alternativas de participação social de pessoas com dificuldades de agir no modelo tradicional. Nessa forma o grupo é uma associação de pessoas, não de recursos; todos são donos da tarefa e a ação coletiva ocorre com base na cooperação e participação. O trabalho valoriza a dimensão social.

Um ponto importante é que cada grupo adquire sua forma distinta de se organizar e funcionar e essa diversidade é um caldo cultural que precisa ser reconhecido e preservado. Na pequena cidade de São José do Arraial, no Nordeste brasileiro, a moeda é social (o cocal) o que traz o benefício de não existir assalto e roubo de dinheiro, porque a moeda só circula no município. Essa diversidade é construída pela governança.

5. GOVERNANÇA COLABORATIVA

Governança é o conjunto de mecanismos que regulam as ações coletivas e o comportamento dos atores de um grupo. A governança permite a coordenação dos atores envolvidos na tarefa, através de regras, normas, práticas, valores e ética aceitos e compartilhados.

A ideia é a mesma seja em redes de negócios, ou de políticas públicas. Os mecanismos formais, contratuais, legais coexistem com os mecanismos criados pelo próprio grupo. É um conjunto de processos de tomada de decisão e controle que viabiliza a execução das ações.

A coexistência de mecanismos formais e colaborativos é amplamente discutida e defendida (GRANDORI & SODA, 1995). A afirmativa convergente

é que as regras da governança formal não solucionam todos os problemas previstos, ou inesperados, que aparecem para o grupo, gerando a necessidade de se fazer ajustes e acordos. É aqui que entra a governança colaborativa.

Governança colaborativa é um processo de ajuste e acordo de regras que é criado pelo próprio grupo que realiza a tarefa. Para que esse processo ocorra é necessário que no grupo exista dominância de relações sociais de confiança, comprometimento e cooperação, senão não haveria condições de reuniões para conversar sobre regras (MILAGRES, SILVA & REZENDE, 2016).

A primeira condição e característica para o desenvolvimento de um grupo solidário, portanto, é a existência de um ambiente positivo de relacionamento. Com esse ambiente é possível reunir-se para discutir e decidir sobre as regras do grupo.

A segunda característica da governança colaborativa é o seu caráter de inclusão, democracia e transparência. Num ambiente positivo de relacionamento as pessoas se motivam a participar das reuniões e das decisões, o que cria uma cultura de processo decisório coletivo. Essa cultura é fundamental para diminuir, ou mesmo eliminar resistências para seguir regras e agir no coletivo. Como ser contra uma regra que você mesmo ajudou a construir e implantar?

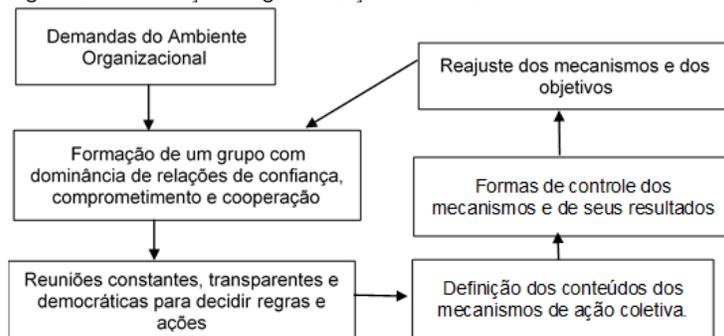
A terceira característica da governança colaborativa é o conteúdo do mecanismo. Os atores reunidos decidem sobre as regras que buscam resolver os problemas reais enfrentados por aquele grupo.

A quarta característica da governança colaborativa é a forma de controle para que as regras sejam seguidas. O controle é mais eficiente quando criado pelos próprios atores do grupo, que se comprometem em seguir as regras.

A quinta característica da governança colaborativa é o seu caráter de flexibilidade e ajuste diante dos resultados. Quando o próprio grupo assume a tarefa das regras, dos controles e dos resultados, cria-se um processo contínuo de ajuste das regras.

A Figura 1 mostra a sequência dos acontecimentos. É claro que nas rotinas de grupo essa ordem é subvertida, com fenômenos concomitantes, mas é apenas para ilustrar um possível desenho de pesquisa, ou plano de gestão.

Figura 1. A construção da governança colaborativa



O conceito de governança colaborativa como construção social dos mecanismos foi defendido por Sorensen e Torfing (2009). Os atores interagem por meio de negociações recorrentes, marcadas por conflitos de interesses, buscando sinergia e solução, seja a partir de normas já existentes, seja criando novas. O resultado dessa construção social permite a funcionalidade do grupo e a obtenção dos resultados.

Conforme se percebe nos parágrafos deste item, a governança colaborativa é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento das redes e, no caso de redes solidárias, afirmamos que é o fator principal, básico, a partir do qual a rede se organiza.

6. ASSOCIAÇÃO DA GOVERNANÇA COLABORATIVA COM O DESENVOLVIMENTO DE REDES SOLIDÁRIAS

A governança colaborativa é o processo fundamental de formação de redes solidárias, porque nessas redes a participação de todos nas decisões é a regra, não a exceção. Tudo começa com um grupo que cria, ou já tem, um relacionamento positivo baseado em confiança e comprometimento. Nessa condição é possível sentar todo mundo junto para conversar sobre problemas

e decisões, resolver conflitos de interesses e decidir sobre os objetivos a serem alcançados. O próximo passo é resolver os mecanismos, as regras, as formas de trabalho e de compartilhamento no grupo. Daí seguem-se as normas de implantação e controle dos mecanismos criados. Finalmente, decide-se como acompanhar os resultados e como realizar os reajustes.

Nesse processo de decisões, acordos e acompanhamento, a governança colaborativa vai dando forma aos papéis e funções dos atores no grupo, criando a estrutura da rede. Afirma-se que a governança colaborativa é o eixo que determina o nascimento, o desenvolvimento, a manutenção, a estrutura e o funcionamento do grupo. É o seu coração e o seu cérebro ao mesmo tempo. No campo de gestão esse processo é denominado de autogestão.

7. REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Pelo exposto até aqui, fica evidente que as redes solidárias são manifestações de grupos que fogem ao padrão, ou homogeneidade que caracterizam as sociedades ocidentais. O mundo ocidental está fundado em formas de produção, consumo, distribuição de riqueza e poder que só permite a inclusão de grupos diversos se eles abandonarem exatamente o que os caracteriza, que é a diversidade.

As redes solidárias seguem outros padrões de produção, consumo, distribuição de riqueza e poder. A produção é coletiva e não competitiva entre os produtores. O consumo é ditado pelo valor ético de ajuda e não pelo valor de posse do produto. A distribuição de riqueza (e também dos custos) é equitativa. O poder é descentralizado, porque todos são responsáveis e donos.

Então, aquelas pessoas e instituições que podem e querem ajudar, seja o governo, Ongs, empresas com programas de responsabilidade social, devem partir do princípio de aceitação da diversidade porque é a marca, a identidade daquele grupo.

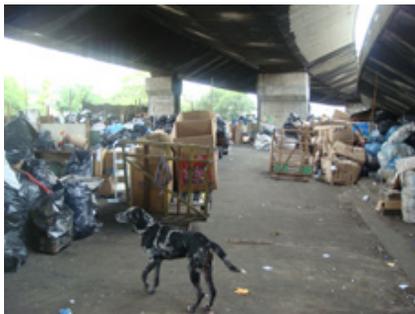
Os casos de redes solidárias diversas na América Latina são abundantes. Alguns desses grupos têm como objetivo a preservação da

identidade, da cultura e dos rituais de um grupo. É o caso dos quilombolas no Estado de São Paulo, no Brasil, que vendem artesanato e trabalham como guias turísticos, buscando preservar os rituais da cultura africana da qual descendem.

Cada grupo desenvolve sua forma diversa no tempo e no espaço, sendo um patrimônio daquele grupo, devendo ser reconhecido e consolidado. Esse reconhecimento e consolidação se dá pela liberdade de expressão, pelo pluralismo dos meios de comunicação, pela igualdade de acesso às expressões artísticas e ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e pela sua presença nos meios de expressão de culturas locais.

Assim, uma função importante de gestores, além de contribuírem para o funcionamento do grupo, é o desenvolvimento de ações de expressão do grupo na sociedade mais ampla na qual estão inseridos.

8. O EXEMPLO DA COOPERATIVA DE MATERIAL RECICLÁVEL G



Apresenta-se uma breve descrição da construção da governança colaborativa numa cooperativa de material reciclável na cidade de São Paulo, localizada em baixo de um viaduto, num local de encontro de catadores de rua.

Tudo começou com a iniciativa da atual presidente, também catadora, de reunir as pessoas que ali trabalhavam e pernoitavam para formarem uma associação. Como todos se conheciam, foi fácil criar um ambiente de comprometimento para a ação. A ajuda de especialistas veio dali mesmo, de uma instituição religiosa próxima ao local, que tinha programas de capacitação.

Iniciou-se, então, a fase de organização legal da cooperativa, onde as decisões partiam do grupo (quem seria o presidente, tesoureiro, etc.), com auxílio técnico da igreja. Superada essa fase, iniciou-se um momento mais crítico de modo de funcionamento. As discussões foram intensas. Um grupo defendia um sistema cooperativo puro (divisão equitativa de custos e lucros) e outro grupo defendia a remuneração por um sistema de produção. Um terceiro grupo defendia o modelo mais tradicional de “salário fixo”. Ao final, decidiu-se pela maioria, que propunha remuneração pela produção, que é um modelo misto entre o cooperativo e o competitivo.

No decorrer dos meses surgiram problemas de brigas entre cooperados, na questão de divisão de material a ser reciclado; de logística de captação de material na cidade; de entrada (ou não) de catadores avulsos no dia a dia da organização, para venderem seus produtos; dependência e conflitos com a igreja que apoiava (a cooperativa se distanciou da igreja e não pede mais sua ajuda). Seguindo as regras de governança colaborativa, todos os assuntos foram colocados nas reuniões semanais e decididos pelo grupo.

Embora se possa criticar o modelo misto adotado pelo grupo, deve-se lembrar que naquele local a competição pelo material reciclável é acirrada. Em volta do cercado da cooperativa vivem dezenas de catadores que pressionam a produção da própria cooperativa (porque se oferecem nos locais de coleta para recolher o material).

Essa convivência não é muito fácil, mas surgiu um fator aglutinador que está deixando essa rivalidade em segundo plano: a prefeitura determinou que ninguém pode trabalhar, ou ficar embaixo do viaduto, por motivos de segurança, principalmente incêndio. Todos que frequentam, ou vivem no local se uniram contra essa decisão e estão discutindo com a prefeitura.

9. CONCLUSÃO

Este capítulo apresentou a abordagem social de redes como teoria competente para se entender e agir na formação e manutenção de grupos solidários. Dentre as características que definem o formato de redes,

ressaltou-se a governança colaborativa como caminho de construção, manutenção e afirmativa de grupos solidários. Nesse caminho o grupo decide suas ações, suas formas de funcionamento e sua forma de participação na sociedade mais ampla.

Exemplos de grupos que seguem esse caminho estão se multiplicando na América Latina, conforme surgem programas mundiais como a Agenda 2030, que pressiona os governos do mundo para aceitar a diversidade. Basta olhar para alguns itens da Agenda 2030, tais como erradicação da pobreza (1), igualdade de gênero (5), trabalho decente (8) e redução das desigualdades (10).

As culturas locais estão ganhando cada vez mais espaço para se mostrarem e se legitimarem. Conforme Mance (2002), os Fóruns Sociais Mundiais são um espaço importante de encontro de pessoas que pertencem a redes espalhadas em todo o mundo, avançando na construção da globalização solidária. A integração dessas diversidades, que somente pode florescer plenamente onde houver colaboração solidária entre as pessoas, organizações e movimentos; tem como principal desafio a construção de redes de colaboração solidária, integrando, compartilhando e sustentando o conjunto dos avanços dos movimentos e organizações. Além disso, esses Fóruns trazem visibilidade desses grupos, diante de sociedades do mundo todo.

Uma importante visibilidade de diversidade ocorreu no Congresso Red Pilares, de 2018, no Chile, que foi centrado exatamente sobre o tema da diversidade na América Latina e que foi inspiração para a construção deste livro. Foram mais de 40 casos de grupos solidários, boa parte deles organizados no formato de redes, que forneceram evidência irrefutável da existência, importância e necessidade de reconhecimento e inclusão desses grupos.

Ao mesmo tempo em que as iniciativas florescem, também são acompanhadas de progresso científico, com a construção (e reconstrução) de modelos que se ocupam do coletivo, do cooperativo, depois de muitas décadas de dominância dos modelos competitivos nas organizações,

repetidos rotineiramente nas universidades. Teorias como a reciprocidade, de Mauss (1950), do conhecimento como relacionamento, de Maturana e Varela (1996), do paradigma de relacionamento, de Dyer e Singh (1998), ressurgem em novos modelos de inovação coletiva e abordagens sistêmicas, criando esse contexto acadêmico de valorização das redes solidárias.

Ao mesmo tempo surgem (e ressurgem) modelos de gestão que colocam em segundo plano as diretrizes de hierarquia e especialização, para considerarem os processos de baixo para cima, de autogestão. Exemplos de entidades brasileiras, tais como Reciclázaro e Reciclamp, entre muitas outras, seguem o princípio da autoridade e capacidade dos participantes em se organizarem.

Terminamos o capítulo comentando que, além dos objetivos evidentes de apresentar conceitos e argumentos de defesa da formação de grupos que são carimbados como “diversos”, também pretendemos com estes parágrafos criar momentos de reflexão nos leitores sobre como atuam profissionalmente e socialmente e como podem se engajar em ações de preservação de cultura e grupos que existem na sua região.

REFERÊNCIAS

ADIASIH, P.; LIANAWATI, V. **Asymmetry and Governance of Corporate Social Responsible Disclosure in Indonesia**. KnE Social Sciences, 3(11):151-169, 2019.

ANDERSON, E.; WEITZ, B. **The use of pledges to build and sustain commitment in distribution channels**. Journal of Marketing Research, 29(1):18-34, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DYER, J.; SINGH, H. **The relational view: Cooperative strategy and sources of Interorganizational competitive advantage**. Academy of Management Review, 23(4):660-679, 1998.

GRANDORI, A.; SODA, G. **Inter-firm networks: Antecedents, mechanisms and forms**. Organization Studies, 16(2):183-214, 1995

GRANOVETTER, M. **Economic Action and Social Structure: A Theory of Embeddedness**. American Journal of Sociology, 91(3):481-510, 1985.

KOKA, B.; PRESCOTT, J. **Designing Alliance Networks: The Influence of Network Position, Environmental Change, and Strategy on Firm Performance**. Strategic Management Journal, 29(6):639-661, 2008.

LEVI, M. **A state of trust.** In: **Braithwaite, V.**; LEVI, M. (Eds.) (1998) Trust and governance. New York: Russell Sage Foundation, 1998.

MANCE, E. **diversidad Cultural e Interculturalidade - Perspectivas y Desafíos dos Sectores Populares.** II Encuentro sobre Diversidad Cultural e Interculturalidad, Instituto del Desarrollo Humano, UNGS, Buenos Aires, 2002.

MATURANA, H. & VARELA, F. **El árbol del conocimiento: las bases biológicas del conocimiento humano.** Madrid: Debate, 1996.

MAUSS, M. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In Mauss, M. Sociologie et Anthropologie. Paris: pUF (ed. original). Année Sociologique, seconde série, tome 1, Paris, 1923-1924, 1997 (1950)

MILAGRES, R.; SILVA, S.; REZENDE, O. **CONASS Debate – governança regional das redes de atenção à saúde.** 1ª.ed. Brasília: CONASS, 2016.

POWELL, W.; DIMAGGIO, P. **The New Institutionalism in Organizational Analysis.** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

SORENSEN, E.; TORFING, J. **Making governance networks effective and democratic through metagovernance.** Public Administration, 87(2):234-258, 2009.

UZZI, B. **Social Structure and Competition in Interfirm Networks: The Paradox of Embeddedness.** Administrative Science Quarterly, 42(1):35-67, 1997.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Wilson Noé Garcés Aguilar - Doctor en Administración de la Universidad del Valle (2020), Magister en estudios interdisciplinarios del desarrollo de la Universidad del Cauca (2018) y Contador Público de la Universidad del Valle (2011). Docente universitario en el suroccidente colombiano en áreas contables, administrativas, financieras y humanas. Ha sido director y evaluador de trabajos de grado y posgrado en universidades latinoamericanas. Se ha desempeñado como par evaluador de revistas y editoriales nacionales e internacionales en el área de la administración, estudios organizacionales y negocios. Es investigador interdisciplinario en ciencias sociales y humanas reconocido por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación en Colombia. Ha sido miembro de los grupos de investigación VINCO de la Universidad Cooperativa de Colombia, del grupo Investigaciones Contables, Económicas y Administrativas -GICEA- de la Universidad del Cauca, del Grupo de Investigación Minka de la Fundación Universitaria de Popayán, de los grupos de investigación Territorios, IREHISA y Grupo de investigación Nuevo Pensamiento Administrativo de la Universidad del Valle, del Grupo de investigación GIICO de la Fundación Universitaria Lumen Gentium Unicatólica Cali y de los grupos de Investigación Interdisciplinario en Ciencias Sociales y Humanas y Gestión, Desarrollo y Sociedad de la Corporación Universitaria Autónoma del Cauca. Es miembro de redes de conocimiento especializado: Red de investigadores ASCOLFA Sur Occidente RIASCOLFA – Colombia, Red Educación y Economía Social y Solidaria, y de la Red de investigadores latinoamericanos de economía social y solidaria. Participa activamente de eventos científicos en Latinoamérica en calidad de conferencista y ponente y cuenta con variada publicación de artículos y capítulos de libros. Ha sido director de proyectos de investigación, coordinador de proyectos interinstitucionales con entidades públicas y asesor de programas de iniciación científica en los departamentos del Cauca y Valle del Cauca en Colombia.

Selma Mendoza García - (México), Formación Académica: (2019) Maestra en Ciencias en Estudios Interdisciplinarios para Pequeñas y Medianas Empresas por el Instituto Politécnico Nacional. (2017) Becaria Nacional de Investigación del Programa de Posgrados de Calidad-CONACYT. (2016) Ingeniera Industrial por la Universidad Autónoma Metropolitana. Actividades Académicas: (2020) Docencia-Universidad Pedagógica Nacional-291. (2019) Coordinación Seminario de Economía e Innovación Social (UPIICSA). (2019) Becaria de Investigación BEIFI-IPN. (2018) Publicación Red de Innovación

Social: Asociaciones heterogéneas para la resolución de una problemática social (PILARES). Experiencia profesional: (2019) Facilitador-Instituto Nacional de Economía Social (MX). (2018-2017) Consultor Jr.-Secretaría del Trabajo y Fomento al Empleo (MX).selmamg8@gmail.com / www.linkedin.com/in/selma-mendoza-56486715a

Lina Juliana Robayo Coral - Docente investigadora, Doctoranda en Educación de la Universidad de San Buenaventura Cali, Magister en Estudios Interdisciplinarios del Desarrollo, especialista en Sistemas de información Geográfica, Geógrafa de la Universidad del Valle, en Santiago de Cali. Ha venido trabajando la línea de territorio y estudios organizacionales, algunos de sus trabajos han estudiado las identidades manifiestas, ontologías propias en contextos multiculturales e interculturales como la sierra Norte Peruana, la comunidad de Pance, en la zona rural de Santiago de Cali, y las comunidades del Norte del Cauca. Actualmente se encuentra avanzando en su tesis doctoral estudiando como emerge la enseñanza en contextos interculturales.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 3, 67, 70, 77, 78, 81, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92

Agrocadena 95, 96, 102, 103, 104, 105, 107, 110, 112

C

Circuito curto 67, 70, 71, 77, 80, 85, 87, 88, 89, 90

Contra hegemonía 18, 40

Cooperativa 3, 4, 8, 13, 14, 20, 44, 45, 46, 47, 54, 57, 58, 59, 60, 66, 77, 103, 121, 124, 127, 133, 135, 138, 139

D

Diseño hegemónico 18, 19, 21

Diversidad 17, 18, 22, 23, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 62, 97, 109, 117, 142

Diversidade 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 92

E

Economía Solidária 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 85, 86, 89, 91, 92, 93

Emprendimiento social 44, 45, 46, 49, 50, 65

Eslabonamiento 95, 102, 106

Estudios organizacionales 26, 30, 32, 33, 34, 41

G

Governança 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17

I

Inclusión socio-laboral 44, 45, 46

Innovación social 45, 47, 49, 50, 51, 59, 65

M

Magé, RJ 67, 68

O

Organizaciones 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 60, 61, 95, 99, 104, 106, 108, 115, 116, 123, 127, 135, 136, 139, 140, 141, 146

Organización solidaria 18, 22, 23, 29, 128

P

Política social 67, 72, 88, 89

Q

Quinoa 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

R

Red Cooperativa 45, 135

Redes 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 73, 79, 101, 112, 115, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141



**EDITORA
ARTEMIS**